



Journal

of Sport Pedagogy and Research

VOLUME 7, N°1, 2021

ISSN 2183-7783

EDITORIAL

Caro leitor, esta edição especial do *Journal of Sport Pedagogy and Research* tem como propósito, analisar o tema do desporto de natureza, nas suas diversas perspetivas. Trata-se de uma área socioprofissional relativamente jovem, quando comparada com outras profissões do desporto e da educação física, apesar de ter surgido em Portugal, no sistema de ensino superior, há mais de duas décadas. Na realidade, o desporto de natureza é um subsetor que tem por base o setor do desporto, mas que poderá interligar-se a outros setores da sociedade, tais como, o ambiente, o turismo, a economia, a saúde e a educação. Deste modo, considerando que no atual momento, ainda não existe uma regulamentação clara que sustente o desenvolvimento responsável desta área e dos seus profissionais, importa deste modo, dar corpo a um conjunto de preocupações e temáticas de diferentes autores, com experiências e perspetivas também diversificadas, que pretendem contribuir para o enriquecimento do debate sobre o tema do desporto de natureza. Assim, o conjunto de estudos que compõem esta edição explora diversas dimensões de pesquisa, nomeadamente, a importância da formação, a sistematização das práticas físicas e desportivas, a problemática do subsetor, a avaliação dos locais de prática, a intervenção pedagógica, os fatores motivacionais da prática desportiva, a caracterização dos praticantes turistas e das experiências vivenciadas, a avaliação de percursos pedestres e de btt. Por fim, gostaríamos de agradecer a todos os autores e colaboradores o seu contributo nesta edição.

Dear reader, this special edition of the *Journal of Sport Pedagogy and Research* aims to analyse the theme of outdoor sport, in its various perspectives. It is a relatively young socio-professional area when compared to other professions in sport and physical education, despite having emerged in Portugal, in the higher education system, more than two decades ago. In reality, outdoor sport is a sub-sector that is based on the sport sector, but which may be interconnected with other sectors of society, such as the environment, tourism, economy, health and education. Thus, considering that at the present time, there is still no clear regulation that supports the responsible development of this area and its professionals, it is therefore important to give body to a set of concerns and themes of different authors, with experiences and perspectives that are also diversified, which intend to contribute to the enrichment of the debate on the theme of outdoor sport. In this sense, the set of studies that make up this edition explores different dimensions of research, namely, the importance of training, the systematization of physical and sports practices, the subsector's problems, the evaluation of practice places, pedagogical intervention, motivational factors sports practice, the characterization of practicing tourists and experiences, the evaluation of walking routes and mountain biking. Finally, we would like to thank all authors and contributors for their contribution to this issue.

Estimado lector, esta edición especial de la Revista de Pedagogía e Investigación del Deporte tiene como objetivo analizar el tema del deporte de la naturaleza, en sus diversas perspectivas. Es un ámbito socioprofesional relativamente joven en comparación con otras profesiones del deporte y la educación física, a pesar de haber surgido en Portugal, en el sistema de educación superior, hace más de dos décadas. En realidad, el deporte de naturaleza es un subsector que se basa en el deporte, pero que puede estar interconectado con otros sectores de la sociedad, como el medio ambiente, el turismo, la economía, la salud y la educación. Así, considerando que en la actualidad aún no existe una normativa clara que sustente el desarrollo responsable de esta área y de sus profesionales, es por tanto importante dar cuerpo a un conjunto de inquietudes y temáticas de diferentes autores, con experiencias y perspectivas que también se diversifican, que pretenden contribuir al enriquecimiento del debate sobre el tema del deporte de naturaleza. En este sentido, el conjunto de estudios que componen esta edición explora diferentes dimensiones de la investigación, a saber, la importancia del entrenamiento, la sistematización de las prácticas físicas y deportivas, la problemática del subsector, la evaluación de los lugares de práctica, la intervención pedagógica, los factores motivacionales la práctica deportiva, la caracterización de turistas practicantes y experiencias, la evaluación de rutas a pie y en bicicleta de montaña. Finalmente, nos gustaría agradecer a todos los autores y colaboradores por su contribución a este número.

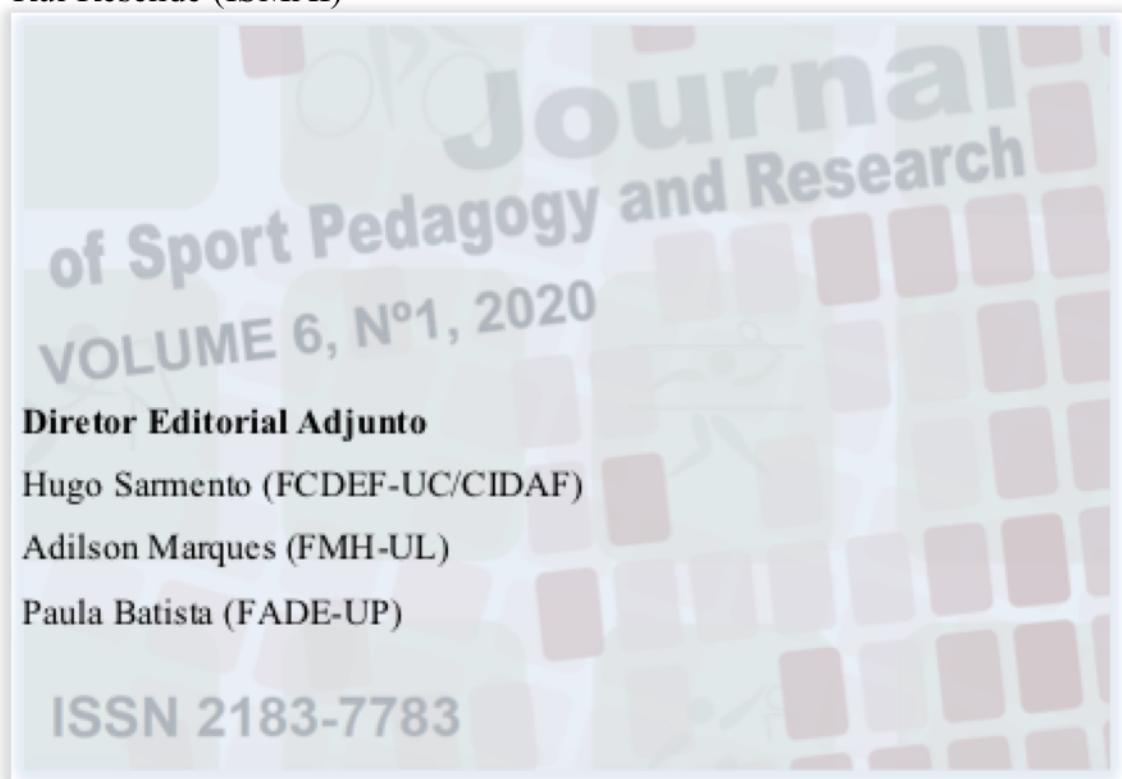
Diretores editoriais Edição Especial Desportos de Natureza

Luís Carvalhinho e Carlos Mata

Diretor Editorial Edição Especial Desportos Natureza

Luís Carvalhinho e Carlos Mata

Rui Resende (ISMAI)



Conselho Editorial

Ágata Aranha (UTAD), Alcides Scaglia (UNICAMP), Antonino Pereira (ESEV-IPV), Carlos Zuluaga (Universidad de Caldas), Cecília Borges (Universidad Montreal), Tiago Sousa (FCDEF-UC), Galcemar Martins (UDESC), Hélder Lopes (UMA), José Rodrigues (ESDRM-IPSantarém), Juarez Nascimento (UFSC), Larissa Benites (UDESC), Larrisa Galati (UNICAMP), Miguel Saavedra (UDC), Nuno Pimenta (IPMAIA), Paula Batista (FADEUP), Ricardo Lima (IPVC), Roberto Hernández (Universidad Autonoma), Rui Gomes (Universidade do Minho), Samuel Neto (UNESP), Sergio Ibanez (UNEX), Susana Franco (ESDRM-IPSantarém), Vitor Ferreira (FMH-UL).

Edição

Sociedade Científica de Pedagogia do Desporto

Capa

Mariana Moreira

ISSN 1647-9696

Técnicos de Desporto de Natureza: Contributos para o Entendimento das Problemáticas do Setor

Ricardo Melo^{1,2}, Diogo Leite¹

¹ Escola Superior de Educação de Coimbra – Instituto Politécnico de Coimbra (ESEC-IPC)

² Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC)

Palavras-chave

Associação de técnicos;
Desportos de Natureza;
Esquema de formação;
Regulação e certificação;
Sistema de monitorização e Avaliação.

RESUMO:

O objetivo deste artigo é apresentar o perfil sociodemográfico e profissional dos técnicos de desportos de natureza que trabalham na Região de Coimbra, identificar as principais problemáticas do setor e da profissão sentidas por estes técnicos, e apresentar recomendações estratégicas para a melhoria do setor. Para isso desenvolveu-se um estudo de caso, cuja recolha de dados se efetuou através da aplicação de 30 entrevistas semiestruturadas a uma amostra de técnicos que colaboravam com Empresas de Animação Turística sediadas na Região de Coimbra, complementada com seis meses de observação participante numa dessas empresas da referida região. Os técnicos inquiridos são indivíduos jovens, solteiros, do sexo masculino, com qualificações académicas elevadas. Os técnicos colaboram a tempo parcial nas empresas com as quais colaboram, com baixa remuneração advinda da execução das diversas funções que executam (técnicas, logísticas, secretariado, e de gestão), trabalhando por isso noutras atividades profissionais ao longo do ano. Ao analisar as principais problemáticas identificadas neste estudo sugere-se a criação de uma associação de técnicos de desportos de natureza, a introdução de um esquema de formação, a produção de legislação relacionada com a regulação do acesso à profissão, e a implementação de um sistema de monitorização e avaliação da competência e da performance dos técnicos.

Keywords

Association of technicians;
Nature sports;
Training scheme;
Regulation and certification;
Monitoring and evaluation system

Nature sports technicians: Contributions to understanding the sector problem

ABSTRACT:

The purpose of this article is to present the sociodemographic and professional profile of nature sports technicians who work in the Region of Coimbra, to identify the main problems of the sector and the profession felt by these technicians, and to present strategic recommendations for the improvement of the sector. For this, a case study was developed, whose data collection was carried out through the application of 30 semi-structured interviews to a sample of technicians who collaborated with touristic animation companies based in the Region of Coimbra, complemented with six months of participant observation in one of these companies of the referred region. The interviewed technicians are young, single, male individuals, with high academic qualifications, who collaborate in part-time in the companies with which they collaborate, with low remuneration resulting from the performance of the various functions they perform (technical, logistical, secretarial, and management), therefore working on other professional activities throughout the year. When analyzing the main problems identified in this study, the creation of an association of sports technicians of nature and tourist entertainment, the introduction of a training scheme, the production of legislation related to the regulation of access to the profession, and the implementation of a system for monitoring and evaluating the competence and performance of technicians are suggested.

Técnicos de desportos de natureza: contributos para o entendimento das problemáticas do setor

A designação ‘desportos de natureza’ emergiu no final do século XX (Bessy & Mouton, 2004; Melo & Gomes, 2014, 2017a;) como um dos muitos termos usados (desportos de ação, desportos de aventura, desportos alternativos, desportos californianos, desportos radicais, ‘*lifestyle sports*’, novos desportos, desportos ao ar livre, desportos de risco, entre outros) que têm o potencial de desafiar os participantes de uma forma inovadora e oferecem uma alternativa às formas tradicionais de ver, praticar e entender o desporto (Melo, Van Rheenen, & Gammon, 2020a; Wheaton, 2004). Os desportos de natureza compreendem um grupo de atividades desportivas desenvolvidas e experienciadas em áreas naturais ou rurais, que variam de práticas formais a informais, e que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável local (Melo & Gomes, 2017a), embora as supostas ligações entre a participação em desportos de natureza e uma ética genuína de cuidar do meio ambiente sejam questionadas (Booth, 2020). Estas práticas são realizadas em diversos contextos naturais, incluindo no espaço aéreo (parapente e asa-delta, etc.), terrestre (BTT, escalada, pedestrianismo, etc.) e aquático (caiaque, vela, surf, windsurf, etc.) (Melo & Gomes, 2016b), apresentando um conjunto de características distintivas em relação a outros desportos, nomeadamente, são atividades: (a) baseadas na natureza; (b) sustentáveis; (c) de risco e aventura; (d) hedonísticas e não competitivas; (e) autónomas e individualistas; e f) de participação ativa (Melo, et al., 2020a).

O aumento da visibilidade cultural dos desportos de natureza atraiu um número significativo de participantes de todas as geografias (Melo, Van Rheenen, & Gammon, 2020b; Rinehart & Sydnor, 2003; Wheaton, 2004, 2013). Embora a estrutura informal e itinerante dos desportos de natureza torne difícil medir com precisão os níveis de participação (Melo, 2013; Gomes, Gustavo, Melo, & Pedragosa, 2017), vários exemplos demonstram que o crescimento da participação nos desportos de natureza tem sido consistente e generalizado no mundo, superando o aumento da maioria dos desportos tradicionais em muitos países ocidentais (Brymer & Schweitzer, 2017; Outdoor Foundation 2018; Melo, 2013; MSJS, 2015; Sports England and Outdoor Industries Association, 2015; Wheaton, 2013). O envolvimento nestes desportos não é apenas uma moda passageira, mas um sinal dos tempos em que as pessoas procuram uma nova forma de definir as suas vidas e escapar de um crescente modo de vida regulamentado e higienizado (Houge MacKenzie & Brymer, 2020). A importância dos desportos de natureza é também evidenciada pela crescente atenção dada por outros setores, incluindo o lazer, o turismo, o meio ambiente, a saúde e a educação (Melo, et al., 2020a).

A visibilidade dos desportos de natureza foi potenciada pelos meios de comunicação social, através de programas e transmissões de TV, revistas especializadas, filmes e *sites* da Internet (Wheaton, 2013). Os exemplos mais proeminentes são os X Games da ESPN, que comandaram uma audiência global de 50 milhões em 2003 (Wheaton, 2013) e o filme ‘*Free Solo*’, vencedor do Óscar 2019 de Melhor Documentário (Melo, et al., 2020b). O crescimento e o desenvolvimento de algumas atividades desportivas na natureza levaram a um processo de desportivização (Aubel, Hoibian, & Defrance, 2002; Suchet, 2011), resultando na incorporação dessas atividades nos Jogos Olímpicos de Verão e Inverno (Melo, et al., 2020b). A mediação de alguns desses desportos de natureza ajudou a criar celebridades globais como Shaun White no *snowboard*, Kelly Slater no surf e, mais recentemente, Alex Honnold na escalada (Melo, et al., 2020a) que, como outras celebridades desportivas, transcendem as suas subculturas e ocupam e habitam o espaço mediático nacional e internacional (Wheaton, 2013).

A rápida expansão dos desportos de natureza tem sido acompanhada por uma fragmentação cultural que suporta um novo perfil de participação (Melo, et al., 2020b; Wheaton 2013). Inicialmente, as atividades desportivas na natureza eram praticadas predominantemente por jovens do sexo masculino, com nível educativo superior, com empregos altamente qualificados e, consequentemente, com altos níveis de capital económico (Dolnicar & Fluker 2003a; Barbieri & Sotomayor, 2013; Portugal et al. 2017; Melo & Gomes 2017b) e social (Pociello 1981). Hoje, a indústria dos desportos de natureza testemunhou uma mudança demográfica, com o aumento das taxas de participação nas diversas gerações (Brymer & Schweitzer, 2017), criando assim novos nichos de mercado lucrativos que incluem não apenas jovens adolescentes, mas também raparigas, mulheres e homens adultos, e uma população em envelhecimento, que apresentam uma ampla gama de interesses e experiências (Brymer & Schweitzer 2017; Melo, 2017; Melo, et al., 2020b; Wheaton 2016). Todavia, em Portugal, os praticantes de desportos de natureza são ainda maioritariamente jovens, com qualificações académicas ao nível do ensino superior, com profissões altamente qualificadas e com rendimentos acima da média nacional (Melo, 2013; Melo & Gomes, 2017b).

O aumento e a diversidade da participação e da procura por desportos de natureza tem também evidenciado um aumento global da oferta. Um número significativo de projetos relacionados com estas atividades foi criado recentemente em Portugal, originando novos empregos e estimulando o desenvolvimento sustentável local (Gomes, Pedragosa, Melo, & Gustavo, 2017; Melo, 2013; Melo & Gomes, 2017a; 2017b). Nesse sentido, foram identificados cinco tipos diferentes organizações

promotoras dos desportos de natureza (OPDN) relacionadas com a sua oferta, e que apresentam igualmente diferentes tipos de enquadramento técnico (Melo & Gomes, 2017c), nomeadamente:

- i. Empresas generalistas - organizações empresariais com uma diversidade de oferta (geralmente cinco ou mais atividades dos desportos na natureza), principalmente baseado em canoagem, pedestrianismo e multiatividades;
- ii. Empresas especializadas - organizações empresariais baseadas na oferta de duas ou três atividades desportivas na natureza, divididas em quatro especializações: a) atividades de *surfing* (e.g., *bodyboard*, *skimming*, e surf), embora também possam oferecer outras atividades, como o BTT; b) atividades de vento/água (e.g., *kitesurf*, vela, e windsurf); c) atividades de mergulho, embora também possam oferecer outras atividades; e d) atividades de montanha (e.g., montanhismo, pedestrianismo, escalada, BTT e voo livre);
- iii. Clubes desportivos tradicionais - associações sem fim lucrativo baseados principalmente na competição desportiva e na organização de eventos competitivos (e.g., BTT, orientação e canoagem);
- iv. Clubes de formação desportiva - associações sem fim lucrativo baseadas principalmente na oferta de cursos de formação de praticantes para os membros (e.g., montanhismo, escalada, canyoning, mergulho e canoagem);
- v. Clubes de recreação desportiva - associações sem fim lucrativo baseadas principalmente na oferta de atividades recreativas (e.g., pedestrianismo, BTT, montanhismo e canoagem).

O governo português, reconhecendo a importância das atividades turísticas que são desenvolvidas nas áreas naturais, seguindo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/96, de 08 de julho (Revogado), criou o Programa Nacional do Turismo de Natureza (PNTN), aplicável na Rede Nacional de Áreas Protegidas (Presidência do Conselho de Ministros, 1996), regulado mais tarde pelo Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de março (Ministério da Economia, 2002a). Em 1999, o governo criou o Programa Desporto de Natureza em Áreas Protegidas através do Decreto Regulamentar n.º 18/99, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 17/2003, de 10 de outubro (Revogado) que visou regulamentar a animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza nas áreas protegidas (Ministério das Cidades Ordenamento do Território e Ambiente, 2003). Por sua vez, através do Decreto-Lei n.º 204/2000, de 1 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 108/2002, de 16 de abril (Revogado) foi estabelecido pela primeira vez o enquadramento legal das atividades de

animação turística, que inclui a oferta dos desportos de natureza (Ministério da Economia, 2002b). Constatando a desatualização do diploma anterior, quase uma década depois, através do Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 95/2013, de 19 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro, foi estabelecido um novo regime jurídico que define as condições de acesso e de exercício da atividade das Empresas de Animação Turística (EAT) e dos Operadores Marítimo-Turísticos (Ministério da Economia, 2015). Este diploma, para além de congregar o regime de acesso à atividade, independentemente da modalidade de animação turística exercida, cria o Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT), regulado pela Portaria n.º 1087/2010, de 22 de outubro (Ministério da Economia da Inovação e do Desenvolvimento, 2010), contendo uma relação atualizada dos agentes a operar no mercado. O RNAAT inclui igualmente as organizações que exerçam as atividades na rede das áreas protegidas, reconhecidas como Turismo de Natureza, que devem respeitar o código de conduta estabelecido pela Portaria n.º 651/2009, de 12 de junho (Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação, 2009).

A articulação entre Desporto e outros setores, nomeadamente com o Ambiente e o Turismo, foi também consagrada pela publicação da Lei n.º 30/2004, de 21 de julho (Revogado) – Lei de Bases do Desporto (Assembleia da República, 2004) e mais tarde pela Lei n.º 5/2007 de 16 de Janeiro - Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (Assembleia da República, 2007). Todavia, no que se refere à formação de técnicos denota-se uma ausência de articulação entre os diversos setores, salientando-se inclusivamente a ausência de legislação que regule o acesso à profissão dos técnicos dos desportos de natureza que laboram no setor do turismo. Por sua vez, no que se refere ao setor do Desporto, foi criado o Programa Nacional de Formação de Treinadores, que inclui o plano de formação de treinadores de modalidades dos desportos de natureza com carácter competitivo (e.g., canoagem, escalada, orientação, surf, etc.). Em consonância com o determinado no Regime Jurídico da Formação Desportiva no Quadro da Formação Profissional, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 407/99, de 15 de outubro (Presidência do Conselho de Ministros, 1999), e com o Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, que estabelece o Regime Jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que asseguram o seu funcionamento (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2007), o Decreto-Lei n.º 248-A/2008, de 31 de dezembro (Presidência do Conselho de Ministros, 2008), veio definir o regime de acesso e do exercício da atividade de treinador/a de desporto, que, em 28 de agosto de 2012, foi revogado pela Lei n.º 40/2012, recentemente alterada pela Lei n.º

106/2019, de 06 de setembro (Assembleia da República, 2019).

Com o aumento da procura e da oferta por desportos de natureza, também foram surgindo preocupações, especialmente em relação ao risco e à segurança (Melo & Mendes, 2011; Pimentel & Melo, 2013), e à sustentabilidade dos espaços e das comunidades onde estas atividades decorrem (Melo & Gomes, 2016a; 2016b), particularmente quando estas atividades decorrem em ambientes naturais e socioculturais sensíveis (Orams, 1999). Uma oportunidade para reduzir estas problemáticas é através do recurso a técnicos especializados em desportos de natureza (Melo & Leite, 2020; Pereira & Mykletun, 2012). Os técnicos são muito importantes porque são a interface entre as OPDN, as atividades oferecidas, o destino e os participantes/turistas dos desportos de natureza. Estes são os funcionários da linha da frente, responsáveis pela impressão geral e satisfação com o serviço oferecido pelas organizações, proporcionando uma experiência de qualidade nos territórios onde são realizadas as atividades, sem causar danos ecológicos e sociais intoleráveis (Jensen, 2010; Melo & Gomes, 2017c; Randall & Rollins, 2009; Weiler & Davies, 1993).

Os técnicos de desportos de natureza foram inicialmente contratados como guias, para encontrar caminhos nas montanhas ou para recursos naturais (Cohen, 1985; Rokenes, Schumann, & Rose, 2015). No entanto, o papel dos técnicos de desportos de natureza é complexo e multidimensional porque, à medida que as OPDN evoluíram, também o papel dos técnicos evoluiu gradualmente, adaptando-se a novas procuras, tendências e configurações (Melo & Leite, in 2020; Rokenes, Schumann, & Rose, 2015).

Diferentes aspetos relacionados com os técnicos dos desportos de natureza foram estudados em várias disciplinas, como marketing, educação na natureza, lazer, recreação, psicologia e sociologia (Rokenes, Schumann, & Rose, 2015). A literatura sobre esta temática identifica uma ampla diversidade de papéis. Estes técnicos foram chamados de prestadores de serviços (Arnould & Price, 1993; Wong & Lee, 2012), coreógrafos (Beedie, 2003), intérpretes culturais (Pereira, 2005), conservadores ambientais (Curtin, 2009; Ormsby & Mannie, 2006), especialistas em atividades (Pomfret, 2011), planeadores (Pomfret, 2011) e contadores de histórias (Mathisen, 2012). Também foram descritos como intermediários da cultura, artistas, fornecedores de informações, líderes, mediadores, mentores, fontes de conhecimento, pais substitutos e desbravadores (Rokenes, Schumann, & Rose, 2015). Estas descrições contribuem para o entendimento da complexidade e alteração da função dos técnicos ao longo do tempo.

A partir de descrições e categorizações anteriores, Melo e Leite (2020) dividiram o papel dos técnicos de desportos de natureza em duas esferas: (a) esfera de liderança, dividida em papel instrumental e social

(Cohen, 1985) e, (b) esfera de desenvolvimento sustentável, dividida em três dimensões - ambiental, económica e sociocultural (Cohen, 1985; Pereira & Mykletun, 2012; Weiler & Davis, 1993).

Considerando a importância dos técnicos no setor dos desportos de natureza, a investigação destes atores chave é diminuta em termos globais, e menor ainda em Portugal. Portanto, este estudo tem como objetivo:

- i) Caracterizar o perfil sociodemográfico e socioprofissional dos técnicos de desportos de natureza que trabalham na Região de Coimbra;
- ii) Identificar as principais problemáticas do setor e da profissão sentidas por estes técnicos.

Apresentar recomendações estratégicas para a melhoria do setor, em especial no que diz respeito à profissão de técnico de desportos de natureza.

Para isso desenvolveu-se um estudo de caso na Região Centro de Portugal, tal como se apresenta de seguida.

Método

Este estudo de caso adotou uma abordagem qualitativa e descritiva (Yin, 1989). É considerado o método mais apropriado a adotar devido à natureza exploratória e à limitada informação disponível sobre este tópico. A área do estudo é a Comunidade Intermunicipal (CIM) da Região de Coimbra, composta por 19 municípios, ocupando uma área de 3900 km². De acordo com o Registo Nacional de Turismo, em 2017, estavam estabelecidas 58 EAT nesta região (Turismo de Portugal, 2017).

A recolha dos dados foi realizada através da aplicação de entrevistas semiestruturadas a uma amostra constituída por conveniência. A estratégia de amostragem foi entrevistar o maior número possível de técnicos de desportos de natureza que tinham colaborado com EAT sediadas na Região de Coimbra, durante o ano de 2017, considerando-se uma representatividade por género, anos de experiência profissional, e tipo de dedicação (exclusiva ou não). Excluíram-se deste estudo os técnicos de desportos de natureza que trabalhavam exclusivamente noutros contextos, como os treinadores em clubes desportivos e os técnicos em clubes e associações desportivas e recreativas, entre outros. Aplicaram-se, assim, 30 entrevistas semiestruturadas, abrangendo: 25 homens e cinco mulheres; 16 técnicos com menos de cinco anos de experiência, nove técnicos com seis a 10 anos de experiência e 10 técnicos com mais de 10 anos de experiência; 13 técnicos que trabalhavam exclusivamente em desportos de natureza, e 17 que tinham outro emprego. O guião de entrevista contemplava um conjunto de 40 perguntas abertas. Cada entrevista, que teve a duração de aproximadamente uma hora, foi gravada e posteriormente transcrita na íntegra.

Como forma de triangular os dados foi também efetuada, pelo segundo autor, seis meses (entre outubro de 2016 e Março de 2017) de observação participante numa EAT generalista (Melo & Gomes, 2017c), sediada na região em estudo. Baseado na perspectiva de "insider" explicada por Jorgensen (1989), o segundo autor trabalhou durante o referido período na EAT, ajudando os técnicos de desportos de natureza a reconhecer locais para organizar as atividades, organizar materiais essenciais, montar os equipamentos e orientar algumas atividades de desportos de natureza, como *canyoning*, canoagem, escalada, pedestrianismo e manobras de corda. Essa foi uma forma de interagir com os técnicos da EAT, de ganhar a sua confiança e observar o seu trabalho (Carnicelli, 2010).

Os dados recolhidos através das entrevistas e da observação participante foram analisados por meio de análise de conteúdo, conforme sugerido por Bardin (2006). Os dados foram revistos de forma sistemática e cuidadosa antes de identificar os elementos, padrões e tendências comuns. Além disso, a codificação foi realizada de acordo com os critérios especificados por Strauss e Corbin (1998), tais como, neutralidade, frequência, facilidade de referência a outras categorias e possuir implicações claras para a teoria formal. A interpretação foi baseada não apenas na literatura, mas também na experiência do segundo autor durante o trabalho de campo e na experiência pessoal do primeiro autor na área, como professor, supervisor de estágios e técnico de desportos de natureza, cujos resultados se apresentam de seguida.

Resultados

Esta secção subdivide-se em dois grandes blocos. Inicialmente apresenta-se o perfil sociodemográfico e profissional dos técnicos inquiridos, e de seguida apresentam-se as problemáticas que foram identificadas pelos inquiridos em relação ao setor e à profissão de técnico de desporto de natureza.

Perfil sociodemográfico e Socioprofissional dos técnicos dos desportos de natureza

A distribuição dos técnicos dos desportos natureza da nossa amostra indica que 83.3% dos inquiridos são homens e 16.7% são mulheres. A média de idade dos entrevistados é de 29.4 anos (± 6.4), com predominância de respondentes abaixo dos 30 anos (67.7%). Quase todos (80%) são solteiros e uma pequena proporção (13.3%) é casada. Uma grande parte (40%) vive com os pais e irmãos, e uma pequena parte (30%) tem filhos. A maioria (60.1%) dos inquiridos afirmou ter atingido a qualificação académica ao nível do ensino superior: 36.7% concluíram a licenciatura; 16.7% obtiveram uma pós-graduação; e 6.7%, um mestrado. Os restantes inquiridos concluíram o ensino médio - 12º ano (26.7%) ou obtiveram o ensino pré-superior - grau de

especialização tecnológica (13.3%). Os participantes do estudo são técnicos de desportos de natureza que vivem principalmente na região de Coimbra: a maioria (66.7%) deles viaja menos de 10 km até a sede da EAT e, em média, 13.2 km para ir trabalhar.

Tabela 1. Perfil sociodemográfico dos técnicos de desportos de natureza

Indicadores	n	%
Sexo (n=30)		
Masculino	25	83.3
Feminino	5	16.7
Idade (n=30)		
Menos de 21 anos	5	16.7
Entre 21 e 30 anos	15	50.0
Entre 31 e 40 anos	5	16.7
Entre 41 e 50 anos	4	13.3
Mais de 50 anos	1	3.3
Estado civil (n=30)		
Solteiro	24	80.0
Casado	4	13.3
Divorciado	2	6.7
Com quem vive (n=30)		
Sozinha/o	6	20.0
Pais e irmãos	13	43.3
Namorado/a	5	16.7
Mulher/marido e filhos	5	16.7
Irmã/ão	1	3.3
Filhos (n=30)		
Sim	9	30.0
Não	21	70.0
Habilitações académicas (n=30)		
12º ano completo	8	26.7
CET	4	13.3
Licenciatura	11	36.7
Pós-graduação	5	16.7
Mestrado	2	6.7
Distância para local de trabalho (n=30)		
Menos de 11km	20	66.7
Entre 11 e 20km	5	16.7
Mais de 20 km	5	16.7

Os técnicos inquiridos trabalham a tempo integral (43.3%) na área dos desportos de natureza, apesar de a maioria (56.7%) trabalhar em regime de tempo parcial (50%), verificando-se que estes últimos procuram outras profissões fora desta área uma vez que não conseguem trabalhar nela a *full-time*. Trabalham principalmente (56.7%) em exclusividade para uma EAT ou como free-lancers (43.3%).

Os técnicos de desportos de natureza desempenham diferentes funções nas EAT com as quais colaboram, principalmente, técnicas (96.7%), logísticas (66.7%), secretariado (40.0%), e de gestão (36.7%). Estes dados foram também verificados durante a observação participante, já que os técnicos da EAT analisada exerciam diversas funções, tais como, técnicas, logísticas e secretariado, sendo estes os responsáveis pela promoção dos serviços da empresa, pela organização e planeamento das atividades e operacionalização das mesmas.

A formação dos técnicos inquiridos é principalmente académica (66.7%) – nas áreas do turismo (40%) e desporto (26.7%) –, ou através de cursos de formação especializada (20, 0%), sendo que apenas três (10%) dos técnicos não têm nenhum tipo de formação para trabalhar nesta área. Em relação aos rendimentos, apenas cinco (16.7%) dos técnicos inquiridos ganha mais de €7000 líquidos anualmente. Para além disso, considerando o número de horas de trabalho por dia, o número de dias de trabalho por semana, estima-se que os técnicos de desportos de natureza em Portugal auferam em média 3.5€ por hora, valor muito baixo considerando, por um lado, as enormes responsabilidades em garantir a segurança e proporcionar uma experiência de qualidade entre os participantes/turistas desportivos, e por outro a alta qualificação obtida pelos mesmos. De acordo com as entrevistas e a observação participante, todos os técnicos poderiam operacionalizar pelo menos uma atividade dos desportos de natureza.

Tabela 2A. Perfil socioprofissional dos técnicos de desportos de natureza

Indicadores	n	%
Vínculo contratual e época de trabalho		
Full time – ano inteiro	13	43.3
Full time – sazonal	2	6.7
Part time – ano inteiro	4	13.3
Part time – sazonal	11	36.7
Vínculo laboral		
Exclusividade	17	56.7
Free-lancers	13	43.3
Funções na EAT		
Técnicas	29	96.7
Logísticas	20	66.7
Secretariado	12	40.0
Gestão	11	36.7
Formação para o exercício da profissão		
Formação académica em Turismo	12	40.0
Formação académica em Desporto	8	26.7
Cursos de formação especializada	6	20.0
Experiência profissional	1	3.3
Sem formação	3	10.0

Tabela 2B. Perfil socioprofissional dos técnicos de desportos de natureza

Indicadores	n	%
Horário médio de trabalho semanal		
20 horas	3	10.0
30 horas	1	3.3
35 horas	9	30.0
40 horas	14	46.7
60 horas	3	10.0
Rendimentos anuais na EAT		
Menos de 1000€	2	6.7
Entre 1000 e 3000€	12	40.0
Entre 3001 e 5000€	2	6.7
Entre 5001 e 7000€	9	30.0
Entre 7001 e 9000€	5	16.7
Remuneração por hora		
Menos de 2€	2	6.7
Entre 2 e 3.99€	21	70.0
Entre 4 e 5.99€	5	16.7
Entre 6 e 7.99€	2	6.7

Problemáticas do setor dos desportos de natureza e dos técnicos

A perceção dos inquiridos sobre a qualidade dos técnicos de desportos de natureza é, na generalidade, positiva: um terço (33.3%) julga que os técnicos apresentam uma qualidade razoável, a maioria (60%) considera que os técnicos apresentam boa qualidade, enquanto uma pequena minoria (6.7%) afirma que os técnicos possuem muito boa qualidade. Para que a qualidade dos técnicos seja melhor, os inquiridos referem que é essencial que estes obtenham boa formação avançada, nomeadamente, uma licenciatura (30%) ou um CET (30%) especializado nesta área. Não obstante a perceção positiva sobre a qualidade dos técnicos e a evolução positiva da legislação produzida nos últimos anos, em especial relativa à animação turística, os técnicos inquiridos salientam algumas problemáticas no setor e na profissão de técnico de desportos de natureza.

Em relação ao setor, para 36.7% dos inquiridos, a principal problemática apontada está relacionada com a falta de legislação, regulamentação e certificação dos técnicos. De acordo com os inquiridos, este é um aspeto crucial na medida em que obrigaria todos os técnicos a possuírem formação para o exercício das suas funções, melhorando desta forma a qualidade dos serviços oferecidos pelas EAT (e outras OPDN). Outras problemáticas identificadas em relação ao setor foram a inexistência de formação específica para o exercício da profissão (20%), e a falta de inspeção/fiscalização do trabalho dos técnicos (16.7%). Os inquiridos centram-se também noutro tipo de problemáticas que o setor enfrenta, tal como, a sazonalidade da procura (23.3%), a falta de apoios financeiros (16.7%) e a falta de divulgação dos serviços (13.3%).

No que diz respeito às problemáticas associadas ao exercício da profissão dos técnicos de desportos de

natureza, e considerando que a maioria gostaria de exercer a profissão ao longo de todo o ano, verifica-se que a sazonalidade do trabalho é o problema apontada por mais inquiridos (60%), derivado obviamente pela sazonalidade da procura. Outros problemas identificados pelos técnicos foram os baixos rendimentos obtidos no exercício desta profissão (6.7%), e a falta de exigência de formação de alguns dos técnicos (13.3%), o que não permite uma diferenciação na carreira profissional.

Apesar de a formação ser considerada pelos inquiridos como um fator de grande importância para um técnico de desportos de natureza verifica-se ainda que alguns (13.3%) dos inquiridos não possui qualquer tipo de formação. No entanto, ao comparar a formação inicial destes técnicos com a formação atual, denota-se uma evolução positiva, na medida em que 36.7% dos inquiridos não apresentava qualquer tipo de formação quando iniciou as suas funções numa EAT e que, atualmente, a grande maioria (86%) já obteve formação na área.

Uma vez que nem todos os técnicos apresentam formação adequada para o exercício das suas funções, existem diversas EAT que fornecem formação aos seus colaboradores. A formação fornecida pelas EAT é dirigida aos técnicos que iniciam funções sem formação, mas também a outros colaboradores, como parte importante da atualização dos conhecimentos e das competências previamente adquiridos, salientando-se que a maioria (70%) dos inquiridos recebeu formação (interna e/ou externa) fornecida pelas EAT com as quais colaboram.

A exceção de um dos inquiridos, todos os outros (96.7%) referiam que a formação que adquiriram era suficiente para o exercício das suas funções. Apesar disso, apenas 76.7% dos inquiridos menciona que atualmente a formação disponível para os técnicos é suficiente e satisfatória. Os restantes (23.3%) referem que não existe formação adequada disponível. Adicionalmente, a maioria (53.3%) dos inquiridos referiu que não é atribuída suficiente atenção à formação dos técnicos, sendo esta bastante necessária, como já foi referido anteriormente.

Em relação à certificação, 93.3% concorda que a certificação dos técnicos deveria ser obrigatória. Para além disso, a grande maioria (93.3%) dos inquiridos indicou também a importância de haver um registo dos técnicos, sendo que para 90% esse registo deveria ser legislado.

Ainda no que diz respeito a potenciais soluções para o desenvolvimento da profissão, 70% dos inquiridos considerava relevante a existência de uma associação de profissionais desta área.

No seguimento destas sugestões apresentadas pelos técnicos de desportos de natureza inquiridos, a secção seguinte discute estas problemáticas e apresenta algumas recomendações para a melhoria deste setor.

Tabela 3. Problemáticas do setor dos desportos de natureza e dos técnicos

Indicadores	n	%
Perceção geral sobre a qualidade dos técnicos		
Muito má	0	0.0
Má	0	0.0
Razoável	10	33.3
Boa	18	60%
Muito boa	2	6.7%
Condições para a melhoria da qualidade dos técnicos		
Obtenção de formação avançada	21	60.0
Outras	9	30%
Principais problemáticas do setor		
Sazonalidade	7	23.3
Falta de certificação e legislação	11	36.7
Falta de inspeção	5	16.7
Falta de apoios financeiros	5	16.7
Falta de formação	6	20.0
Falta de divulgação dos serviços	4	13.3
Principais problemáticas associadas ao exercício da profissão dos técnicos de desportos de natureza		
Sazonalidade	18	60.0
Baixos rendimentos	2	6.7
Falta de formação dos técnicos	4	13.3
Limitações de acessibilidade	1	3.3
Nenhuma	3	10.0
Formação fornecida pela EAT		
Sim, formação interna	17	56.7
Sim, formação externa	4	13.3
Não	9	30.0
Formação suficiente para exercer a profissão		
Sim	29	96.7
Não	1	3.3
Formação suficiente no mercado (n=30)		
Sim	23	76.7
Não	7	23.3
Necessidade de certificação obrigatória dos técnicos		
Sim	28	93.3
Não	2	6.7
Necessidade de registo dos técnicos		
Sim, legislado	27	90.0
Sim, não legislado	1	3.3
Não	2	6.7
Criação de uma associação de técnicos de Desportos de Natureza		
Sim	21	70.0
Não	9	30.0

Discussão e Recomendações

As questões identificadas neste artigo revelaram alguns aspetos problemáticos do estado atual do setor, mais concretamente em relação aos técnicos de desportos de natureza. O papel destes técnicos é muito mais complexo do que os papéis geralmente aceites para um técnico de desporto. O trabalho e o papel dos técnicos dos desportos de natureza é caracterizado pela sua diversidade e complexidade, considerando que operam na fronteira entre o desporto, o turismo e o lazer. É importante notar também que este é um setor emergente e

relativamente recente, apesar de algumas destas problemáticas já terem vindo a ser discutidas desde alguns anos, em alguns fóruns de discussão. Todavia, alguns dos problemas identificados neste estudo são de premente resolução. Assim, para tentar resolver algumas das problemáticas identificadas neste estudo, apresentam-se quatro recomendações baseadas na análise e na síntese da informação recolhida, como de seguida se descreve.

Criação de uma associação de técnicos de desportos de natureza

A criação desta associação de profissionais é essencial para definir e estabelecer um estatuto de carreira dos técnicos de desportos de natureza, para que se possa assegurar a profissionalização desta atividade. A associação poderá criar códigos de conduta, definir os deveres e os direitos profissionais, inclusive a reivindicação de uma base salarial mais adequada, entre outros regulamentos. Esta associação permitirá também que estes profissionais sejam representados e consultados nos diferentes processos que envolvem o setor, incluindo a sua regulação e regulamentação, formação, certificação e registo de técnicos, entre outros.

Para elevar o reconhecimento, estatuto e oportunidades de carreira, a associação de técnicos, em conjunto com os restantes *stakeholders* do setor (Instituto Português do Desporto e Juventude e respetiva tutela, Federações Desportivas, Turismo de Portugal e respetiva tutela, APECATE, Instituições de Ensino Superior, entre outros) deverão criar uma *task force* para examinar a natureza, o papel e as competências mínimas dos técnicos nas diferentes tipologias de OPDN e nos diferentes perfis de enquadramento técnico, com o propósito de enquadrar e regulamentar as competências profissionais em cada um dos perfis.

Para assegurar que os técnicos de desportos de natureza obtenham as qualificações mínimas para o exercício das suas funções deverá ser introduzido um esquema de formação obrigatório para os novos técnicos. A formação deverá ser reconhecida e adequada aos diferentes perfis de enquadramento técnico (formação e educação, lazer e recreação, treino e competição, turismo, etc.).

Para a progressão na carreira deverão ser igualmente desenhados e organizados cursos de formação contínua e de formação avançada, incluindo cursos de gestão de desportos de natureza, o que poderá permitir que os técnicos possam obter uma atualização das suas qualificações e fornecer um percurso de carreira que lhes permita prosseguir do enquadramento técnico a um nível de tarefas de gestão e coordenação de atividades. A formação avançada também será necessária para registos de nível superior na eventualidade de ser adotado um esquema de registo formal dos técnicos.

Para que este processo seja participado, a associação de técnicos dos desportos de natureza, as instituições de ensino superior e os restantes membros do setor, deverão discutir os conteúdos e duração dos cursos de formação inicial, contínua e avançada.

Produção de legislação relacionada com a regulação do acesso à profissão.

Para manter a profissionalização dos técnicos e a sua estabilidade na profissão a longo termo, deverá ser introduzido um esquema de certificação formal legislado e um registo obrigatório dos técnicos de desportos de natureza, de acordo com os diferentes perfis de enquadramento técnico. A legislação produzida a este respeito poderá eliminar as desigualdades que foram identificadas em relação ao acesso à profissão, em especial através da definição da qualificação mínima a atingir através da formação, tal como o existente no setor do *fitness* e do exercício físico; Implementação de um sistema de monitorização e avaliação da competência e da performance dos técnicos.

Para assegurar que os técnicos de desportos de natureza são qualificados para o exercício das suas funções, e forneçam serviços de alta qualidade, deverão ser adotadas medidas efetivas para a monitorização e a avaliação da sua performance. Estas poderão incluir, por exemplo, a inspeções nos locais de prática e a introdução de legislação que inclua a penalizações da desadequada qualificação e de más condutas profissionais dos técnicos.

Conclusões/Reflexões finais

Os técnicos de desportos de natureza apresentam um perfil muito particular. O tipo de trabalho e a sua extensa duração diária por um curto período do ano, muito relacionado com a sazonalidade do trabalho, que origina uma ocupação a tempo parcial e que, na maioria dos casos, não permite um vínculo profissional estável nas OPDN, ligadas ao facto dos técnicos auferirem rendimentos muito baixos no exercício de uma diversidade de funções de extrema responsabilidade – técnicas, logísticas, secretariado, gestão-, leva a maior parte dos técnicos a optarem por ter outras profissões ao longo restante parte do ano. Estas razões, associadas também ao facto dos técnicos, com o avançar da idade, adquirirem outros compromissos familiares (casarem ou viverem com companheiro/a, filhos, etc.), explica o abandono desta carreira por parte de grande parte dos técnicos, quando surge uma outra oportunidade profissional. Daí se pode explicar o perfil sociodemográfico dos técnicos: indivíduos principalmente jovens, solteiros, do sexo masculino, com qualificações académicas elevadas. Adicionalmente, a falta de formação, a falta de regulamentação no acesso à profissão e a falta de monitorização e avaliação da competência e da performance dos técnicos, resulta em muitas situações numa diminuição do *know-how* adquirido

pelos técnicos das OPDN e, consequentemente, numa diminuição da oferta de serviços de alta qualidade. Assim, para que os técnicos de desportos de obtenham benefícios e se encoraje esta como uma atividade profissional séria, estável e duradoura no tempo, deverá ser dado um papel preponderante à associação destes técnicos. Por outro lado, a implementação com sucesso dos programas de formação recomendados e dos sistemas de monitorização e avaliação da competência e da performance dos técnicos requererá a cooperação e a concertação entre a associação de técnicos, os membros relevantes do setor, as autoridades governativas, e os próprios técnicos. Deverá também ser dada alta prioridade às recomendações que permitam definir a natureza, o papel e as competências mínimas dos técnicos nas diferentes tipologias de OPDN e nos diferentes perfis de enquadramento técnico, o que permitirá assegurar a uniformização e consistência nos *standards* dos serviços das OPDN que dependem fortemente dos serviços destes técnicos, para que estas organizações prestem serviços de alta qualidade. Todas estas medidas requerem, todavia, o comprometimento dos principais *stakeholders* do setor, especialmente a associação de técnicos de desportos de natureza, das OPDN (e.g., EAT, clubes, etc.) e das associações que as representam, e do governo. O comprometimento destes últimos agentes é essencial porque as suas ações influenciam e circunscrevem, em grande medida, o papel e o trabalho dos técnicos de desportos de natureza. Se as recomendações apresentadas forem implementadas a curto ou médio prazo, certamente levará a melhorias consideráveis neste setor em Portugal.

Referências

- Arnould, E. J., & Price, L. L. (1993). River magic: Extraordinary experiences and the extended service encounter. *Journal of Consumer Research*, 20(1), 24–45.
- Assembleia da República. (2004). Lei n.º 30/2004, de 21 de Julho. *Diário da República, I Série A, N.º 170*, 4467–4478.
- Assembleia da República. (2007). Lei n.º 5/2007 de 16 de Janeiro. *Diário da República, I.ª Série, N.º 11*, 356–363.
- Assembleia da República. (2019). Lei n.º 106/2019, de 06 de setembro. *Diário da República, I.ª Série, N.º 171*, 51–68.
- Aubel, O. (2002). Les Enjeux de la Sportivisation de L'escalade Libre. Deux Siècles D'alpinismes Européens. In O. Aubel, O. Hoibian, & J. Defrance (Eds.), *Deux siècles d'alpinismes européens* (pp. 273–291). Paris: L'Harmattan.
- Barbieri, C., & Sotomayor, S. (2013). Surf travel behavior and destination preferences: An application of the serious leisure inventory and measure. *Tourism Management*, 35, 111–121.
- Beedie, P. (2003). Mountain guiding and adventure tourism: Reflections on the choreography of the experience. *Leisure Studies*, 22, 147–167.
- Bessy, O., & Mouton, M. (2004). Du plein air au sport de nature. Nouvelles pratiques, nouveaux enjeux. *Revue EP.S*, 309, 67–72.
- Booth, D. (2018). Nature sports: Ontology, embodied being, politics. *Annals of Leisure Research*, 23(1), 19–33.
- Brymer, E., & Schweitzer, R. (2017). Evoking the ineffable: The phenomenology of extreme sports. *Psychology of Consciousness: Theory, Research, and Practice*, 4(1), 63–74.
- Cohen, E. (1985). The tourist guide: The origins, structure and dynamics of a role. *Annals of Tourism Research*, 12, 5–29.
- Curtin, S. (2009). Managing the wildlife tourism experience: The importance of tour leaders. *International Journal of Tourism Research*, 12, 219–236.
- Dolnicar, S., & Fluker, M. (2003). Behavioural market segments among surf tourists – Investigating past destination choice. *Journal of Sport & Tourism*, 8(3), 186–196.
- Gomes, R., Gustavo, N., Melo, R., & Pedragosa, V. (2017). Portugal: A growing sport market in a dominant state model. In A. Laine & H. Vehmas (Eds.), *Private sport sector in Europe - A cross-national perspective* (pp. 269–285). Cham: Springer.
- Houge Mackenzie, S., & Brymer, E. (2020). Conceptualizing adventurous nature sport: a positive psychology perspective. *Annals of Leisure Research*, 23(1), 79–91.
- Jensen, Ø. (2010). Social mediation in remote developing world tourism location – The significance of social ties between local guides and host communities in sustainable tourism development. *Journal of Sustainable Tourism*, 18, 615–633.
- Mathisen, L. (2012). The exploration of the memorable tourist experience. *Advances in Hospitality and Leisure*, 8, 21–41.
- Melo, R. (2013). *Desportos de natureza e desenvolvimento local sustentável: Análise dos praticantes e das organizações promotoras dos desportos de natureza*. Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Melo, R. (2017). Understanding nature sports participation: A literature review. In R. Melo & C. Sobry (Eds.), *Sport tourism: New challenges in a*

- globalized world* (pp. 241-275). Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
- Melo, R., & Gomes, R. (2014). Apontamentos históricos e socioculturais dos desportos de natureza. In L. Carvalhinho (Ed.), *Desporto de natureza e turismo ativo. Contextos e Desenvolvimento* (pp. 35-56). Rio Maior: ESDRM-IPS.
- Melo, R., & Gomes, R. (2016a). Nature sports and sustainable local development: Practitioners and organizations managers' perspectives in Portugal. In C. Sobry (Ed.), *Sport tourism and local sustainable development* (pp. 75-100). Lille: L'Harmattan.
- Melo, R., & Gomes, R. (2016b). Understanding nature sports organizations in Portugal. *The Open Sports Sciences Journal*, 9, 13-25.
- Melo, R., & Gomes, R. (2017a). A sociocultural approach to understanding the development of nature sports. In R. Melo & C. Sobry (Eds.), *Sport tourism: New challenges in a globalized world* (pp. 60-90). Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
- Melo, R., & Gomes, R. (2017b). Nature sports participation: Understanding demand, practice profile, motivations and constraints. *European Journal of Tourism Research*, 16, 108-135.
- Melo, R., & Gomes, R. (2017c). Profiling the typologies of nature sports organizations in Portugal. In M. Peris-Ortiz, J. Álvarez-García, & M. C. del Rio-Rama (Eds.), *Sport management as an emerging economy activity* (pp. 235-255). Cham: Springer.
- Melo, R., & Leite, D. (2020). The role of nature sports guides to sustainable local development: A case study in the Coimbra region, Portugal. In V. Costa, A. Moura, & M. R. Mira (Eds.), *Human capital and people management in the tourism industry* (pp. 371-388). Hershey, PA: IGI Global.
- Melo, R., & Mendes, R. (2011). Gestão do risco e da segurança em desportos de natureza: O caso dos desportos de montanha. In B. Pereira, A. Silva, & G. Carvalho (Eds.), *Atividade física, saúde e lazer. O valor formativo do jogo e da brincadeira* (pp. 39-47). Braga: Centro de Investigação em Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- Melo, R., Van Rheenen, D., & Gammon, S. (2020a). Part I: Nature sports: A unifying concept. *Annals of Leisure Research*, 23(1), 1-18.
- Melo, R., Van Rheenen, D., & Gammon, S. (2020b). Part II: Nature sports: Current trends and the path ahead. *Annals of Leisure Research*, 23(2), 133-142.
- Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação. (2009). Portaria n.º 651/2009, de 12 de Junho. *Diário da República, 1ª Série, N.º 112*, 3641-3642.
- Ministério das Cidades Ordenamento do Território e Ambiente. (2003). Decreto Regulamentar n.º 18/99, Alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 17/2003, de 10 de Outubro. *Diário da República, I Série B, N.º 235*, 6688-6689.
- Ministério da Economia. (2002a). Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de março. *Diário da República, I Série A, N.º 59*, 2112-2129.
- Ministério da Economia. (2002b). Decreto-Lei n.º 204/2000, de 1 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 108/2002, de 16 de Abril. *Diário da República, I Série A, N.º 89*, 3701-3702.
- Ministério da Economia da Inovação e do Desenvolvimento. (2010). Portaria n.º 1087/2010, de 22 de Outubro. *Diário da República, 1ª Série, N.º 206*, 4746-4748.
- Ministério da Economia. (2015). Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro de 2015. *Diário da República, 1ª Série, N.º 172*, 6947-6982.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. (2007). Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro. *Diário da República, 1ª Série, N.º 251*, 9165-9173.
- MSJS. (2015). *Sports de Nature: Repères & Actions*. Paris: MSJS.
- Orams, M. (1999). *Marine tourism: Development, impacts and management*. London: Routledge.
- The Outdoor Foundation. (2018). *2018 Outdoor recreation participation*. Washington, DC: The Outdoor Foundation.
- Pereira, E., & Mykletun, R. (2012). Guides as Contributors to sustainable tourism? A case study from the Amazon. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 12(1), 74-94.
- Pereira, E. (2005). How do tourist guides add value to an ecotour? Interpreting interpretation in the State of Amazonas, Brazil. *FIU Review*, 23(2), 1-8.
- Pimentel, G., & Melo, R. (2013). Gestão do risco e da segurança em desportos de aventura na natureza: Regulamentação, normalização e certificação. O caso brasileiro (pp. 239-258). In M. C. Almeida (Ed.), *Turismo e desporto na natureza*. Estoril: ADA-Desnível/ESHTE.
- Pociello, C. (1981). La force, l'énergie, la grâce et les réflexes. Le jeu complexe des dispositions culturelles et sportives. In C. Pociello (Ed.), *Sports et société* (pp. 171-237). Paris: Editions Vigot.
- Pomfret, G. (2011). Package mountaineer tourists holidaying in the French Alps: An evaluation of

- key influences encouraging their participation. *Tourism Management*, 32, 501-510.
- Portugal, A., Campos, F., Martins, F., & Melo, R. (2017). Understanding the relation between serious surfing, surfing profile, surf travel behaviour and destination attributes preferences. *European Journal of Tourism Research*, 16, 57-73.
- Presidência do Conselho de Ministros. (1996). Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/96, de 8 de julho. *Diário da República, I Série B, N.º 156*, 1762.
- Presidência do Conselho de Ministros. (1999). Decreto-Lei n.º 407/99, de 15 de outubro. *Diário da República, I Série A, N.º 241*, 6944-6950.
- Presidência do Conselho de Ministros. (2008). Decreto-Lei n.º 248-A/2008, de 31 de dezembro. *Diário da República, 1ª Série, N.º 252*, 9300-(412)-9300-(415).
- Randall, C., & Rollins, R. (2009) Visitor perceptions of the role of tour guides in natural areas. *Journal of Sustainable Tourism*, 17(3), 357-374
- Rinehart, R., & Sydnor, S. (2003). *To the extreme – alternative sports, inside and out*. Albany: State University of New York Press.
- Rokenes, A., Schumann, S., & Rose, J. (2015). The art of guiding in nature-based adventure tourism – how guides can create client value and positive experiences on mountain bike and backcountry ski tours. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 15(sup1), 62-82.
- Sports England and Outdoor Industries Association. (2015). *Getting active outdoors: a study of demography, motivation, participation and provision in outdoor sport and recreation in England*. London: Sports England and Outdoor Industries Association.
- Suchet, A. (2011). La sportivisation des pratiques, dites, nouvelles. *aspects sociologiques*, 18(1), 1-17.
- Turismo de Portugal (2017). *Registo Nacional de Turismo: Consulta ao registo*. Consultado a 31 de março de 2017 em <https://registos.turismodeportugal.pt/HomePage.aspx>
- Weiler, B., & Davis, D. (1993). An exploratory investigation into the roles of the nature-based tour leader. *Tourism Management*, 14(2), 91-98.
- Wheaton, B. (2004). Introduction: Mapping the lifestyle sport-scape. In B. Wheaton (Ed.), *Understanding lifestyle sports: Consumption, identity and difference* (pp. 1-28). USA and Canada: Routledge.
- Wheaton, B. (2013). *The cultural politics of lifestyle sports*. Routledge.
- Wheaton, B. (2016). Lifestyle sport. In B. Houlihan, & D. Malcolm (Eds.), *Sport and society: A student introduction* (pp. 109-133). London: Sage.
- Wong, J., & Lee, W. (2012). Leadership through service: An exploratory study of leadership styles of tour leaders. *Tourism Management*, 33, 1112–1121.
- Yin, R. (1989). *Case study research: Design and methods*. London: Sage Publications.